

## **Lembrar os 50 anos do golpe militar, lembrar suas vítimas, lembrar a resistência, construir a verdade e alcançar a justiça!**

*São cruzes sem nomes  
Sem corpos, sem datas  
Memória de um tempo onde lutar  
por seu direito  
É um defeito que mata*

Gonzaguinha – “Pequena memória para um tempo sem memória”

### **1. O Ato no DOI-Codi de São Paulo para comemorar os 50 anos do golpe militar**

O golpe militar de 1964 completou 50 anos no dia 31 de março de 2014. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” programou e realizou um ato político “Ditadura nunca mais – 50 anos do golpe”, articulado com movimentos sociais e órgãos públicos, de repúdio e de indignação ao golpe e a ditadura militar. Este ato se deu no pátio da 36ª Delegacia de Polícia (36ª DP), à Rua Tutóia, nº 921, esquina com a rua Tomás Carvalhal, no bairro Paraíso, lugar emblemático onde há mais de quatro décadas atrás, foi instalado e funcionou um dos principais centros de tortura e extermínio de militantes políticos de oposição à ditadura militar.

Este órgão nasceu primeiramente, em 1969, com o nome de Operação Bandeirante (OBAN) e, logo depois, ao aperfeiçoar e definir a estrutura do aparato repressivo de violência do estado de “terror”, passou, então, a ser DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). Em São Paulo, foi o primeiro a se instalar no país. Como foi bem sucedida a experiência, com o crescimento intensivo da violência estatal, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, os DOI-Codis se estenderam para todo território nacional, sendo um dos mais importantes órgãos da máquina repressiva do estado.

O DOI-Codi era subordinado ao Exército brasileiro, voltado especialmente para executar estratégias de perseguição e extermínio, preparadas pela cúpula do Exército e das Forças Armadas. Tratava-se de estratégias articuladas entre a ESG (Escola Superior de Guerra), o Estado Maior do Exército, o SNI (Serviço

Nacional de Informações) e os demais órgãos de inteligência e repressão como Cenimar (Centro de Informações da Marinha), CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) e CIE (Centro de Informações do Exército), com plenos conhecimento e autorização da Presidência da República para tomar quaisquer medidas violentas, absurdas e perversas contra o “inimigo interno”, que eram os militantes políticos de esquerda, ou pessoas que os apoiasse ou, simplesmente aqueles considerados suspeitos. Atuaram no DOI-Codi integrantes das Forças Armadas, em especial do Exército, policiais civis, militares e integrantes da Polícia Federal, além de agentes infiltrados, conhecidos como “cachorros”<sup>1</sup>. No DOI-Codi de São Paulo (36ª DP) foram assassinados sob tortura pelo menos 56 militantes políticos<sup>2</sup> pertencentes a diversas organizações de esquerda, cujos nomes foram lembrados no ato dos 50 anos do golpe. O DOI, como era chamado, recebeu também os apelidos de “inferno” e “açougue” pelos próprios agentes que ali trabalhavam<sup>3</sup>.

Na preparação do ato dos 50 anos do golpe, ao se reunirem entidades e movimentos sociais do Conselho Consultivo ampliado da CEV “Rubens Paiva”, para acertar os encaminhamentos necessários, a escolha do prédio do DOI-Codi para a realização do evento foi definida em razão da sua importância histórica, por representar o marco político-institucional da instalação e vigência do “terrorismo de estado” implantado com o golpe de 1964 e reiterado e aprofundado com a edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

---

<sup>1</sup> O casal (Sonia Moraes e Antonio Carlos Bicalho Lana) foi delatado aos órgãos de segurança pelo médico João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-Codi/SP de “Jota”, citado como modelo de infiltração nas organizações clandestinas durante a ditadura pela antiga Escola Nacional de Informações (Esni). De acordo com matérias publicadas pela revista Veja (20/05/ e 18/11 de 1992) com base em depoimento do ex-agente do DOI-Codi/SP, Marival Chaves do Canto, a atuação de Jota “permitiu a eliminação de pelo menos umas vinte pessoas. [...]”. A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN. A revista citou nominalmente, entre os que morreram em consequência dessas delações, Antonio Carlos Bicalho Lana, Sonia Maria de Moraes Angel Jones, Issami Nakamura Okama, Ronaldo Mouth Queiroz, Luiz José da Cunha, Wilson Silva, Ana Rosa Kucinski, Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanuel Pentead. Dossiê Ditadura. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 504.

<sup>2</sup> GODOY, Marcelo. A Casa da Vovó. São Paulo: Editora Alameda, 2014, p. 21 e 22: “[...] Primeiro foi conhecido como Operação Bandeirante, a Oban; depois, resolveram batizá-lo com a sigla que o tornou famosos: DOI. Até hoje muitos dos que trabalharam lá preferem chamá-la de Casa da Vovó, pois, como explicou um de seus agentes, “lá que era bom”. (Agente Alemão) A antinomia é evidente. Ainda mais quando esses homens e mulheres resolveram contar o que sabiam sobre as mortes de 66 pessoas, das quais 39 sob tortura após a prisão 27 depois de gravemente baleadas durante a detenção no que foi descrito como emboscadas ou tiroteios”.

<sup>3</sup> Idem, p.21.

Fazer o ato político naquele lugar foi enfrentar, mais uma vez, o desafio de trazer à memória a prática da tortura institucionalizada dentro do contexto político-social de uma época de terror de estado, de massacres, de perseguições, de censura e silenciamentos, de clandestinidade, de esquadrões da morte, de pânico, sobressaltos e medo disseminados pela sociedade. Mas também mostrou e trouxe à tona a luta de resistência de uma parcela expressiva do povo brasileiro. Graças a estes setores populares, pudemos ter de volta a democracia que, mesmo insuficiente para superar tamanhas dificuldades, nos permite manifestar nas ruas, nas escolas, nas greves e até dentro daquele local (Oban) e dizer bem alto: *ditadura nunca mais!*

A organização do ato mobilizou por volta de mil pessoas, de diversas gerações, desde ex-presos políticos até adolescentes, estudantes do ensino médio e de universidades. Participaram os familiares de mortos e desaparecidos políticos, movimentos sociais de mulheres, de negros, de lésbicas e gays, transexuais e transgênero, artistas diversos, sindicalistas, políticos do Executivo e do Legislativo, imprensa e demais interessados.

O pátio daquela delegacia, que antes foi palco de sangrentos espancamentos, torturas e de exposição de cadáveres<sup>4</sup> de militantes assassinados naquele prédio, o que era uma prática frequente, naquela época, na manhã do dia 31 de março de 2014, quando transcorreu o ato, tornou-se de forma extremamente paradoxal, um espaço da democracia e cidadania, onde as pessoas se abraçavam, os mais velhos choravam ao lembrar-se do que ali passaram e dos horrores que sofreram e viram. Os jovens mergulharam numa história relativamente recente e ainda tão desconhecida, mas que permanece viva e ainda sangra. Foi um acontecimento inusitado: uma manifestação popular séria, artística, política e, ao mesmo tempo, cheia de esperança.

Os músicos cantaram o hino da Internacional, acompanhados por aquela pequena multidão, que carregava cartazes com as fotos e os nomes dos que foram assassinados ali naquele prédio. Um áudio trazia a voz do então Deputado

---

<sup>4</sup> “No DOI, o corpo ficava ali num lugar deitado, guardado. Eram pequenas as nossas instalações. E esse Marival dizia que eu botava os corpos em exposição. Onde é que eu ia botar? Deixava no pátio esperando chegar o rabeção.” (coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, em entrevista ao jornal *Zero Hora*, em 23/03/2014).

Federal Rubens Paiva<sup>5</sup> numa entrevista dada na madrugada do dia 1º de abril de 1964 à Rádio Nacional. Ele fazia, então, um apelo para que o povo não aceitasse o golpe militar. Num tom firme e seguro, ele explicava:

[...] O presidente João Goulart, em suas reformas, visa tão somente dar ao povo brasileiro uma participação na riqueza deste País.  
[...] É indispensável que o presidente e o governo contem com toda a mobilização da opinião pública, todos os trabalhadores, todos os estudantes, os intelectuais e o povo, em geral, para que, pacífica e ordeiramente, digam um “não” e um “basta” a esses golpistas que pretendem, cada vez mais prestigiar uma pequena minoria privilegiada.

No ato, ao começar a leitura coletiva do manifesto assinado por mais de cento e cinquenta entidades, nas vozes emocionadas dos participantes, como um jogral, viveu-se um momento de atualização histórica e de confirmação dos valores democráticos. O público viu-se diante da história de um passado que não passou. Um passado ainda aberto em feridas que não cicatrizaram e, muitas vezes, sangram. O golpe, um dos fatos mais sinistros da nossa história, trouxe seqüelas que continuam presentes:

Hoje, 31 de março de 2014, completam-se 50 anos do golpe que implantou a ditadura militar brasileira, que atingiu violentamente nosso povo por longos 21 anos. Mais de 70 mil pessoas foram presas e perseguidas e 437 foram mortas e desaparecidas, de acordo com levantamento realizado por familiares das vítimas nas últimas quatro décadas. Esse número pode chegar a milhares se considerado o extermínio de indígenas a mando dos governos militares.

A importância política do ato no pátio do DOI-Codi foi exaltada pelo manifesto. Foi lembrado, com tristeza, o fato de que a OBAN, instituição de violência, covardia e de injustiça, uma experiência nefasta, se transformou em DOI-Codi, e se multiplicou para todo o território nacional e seus métodos de tortura e extermínio foram introduzidos em países da região, levando truculência e morte aos que ousaram sonhar e lutar para libertar a América Latina das garras do grande capital e do imperialismo norte-americano. O manifesto destacou este significado político:

---

<sup>5</sup> Rubens Beyrodt Paiva nasceu em 26 de dezembro de 1929, em Santos (SP) e foi assassinado depois de torturas no DOI-Codi/RJ em janeiro de 1971. É um dos desaparecidos políticos pela ditadura militar. Foi um ativo deputado federal pelo PTB e foi cassado pelo primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

A realização deste ato no prédio que abrigou a Operação Bandeirante (Oban), depois Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, onde foram torturadas milhares de pessoas e assassinadas dezenas de homens e mulheres, é simbólica para o movimento democrático e de defesa dos direitos humanos em nosso país. A experiência de reunir forças policiais e militares sob o comando do Exército, iniciada neste local, se estendeu para todo o território nacional e para países do Cone Sul.

Faz-se necessário lembrar que o então Coronel do Exército, Adyr Fiuza de Castro, o primeiro dirigente do CIE (Centro de Informações do Exército, criado em 1969) e mais tarde comandante do DOI-Codi do Rio de Janeiro, falou de maneira cínica e sádica como os homens da repressão criaram a sigla DOI. Segundo ele, as operações militares contra os militantes políticos que eles chamavam “terroristas”, como parte da guerra psicológica que se instalou contra o povo brasileiro, deveriam acontecer conforme as necessidades do aparato repressivo e não obedecer à burocracia. Por isso foram criados destacamentos que poderiam ser chamados de destacamentos de ações antiterroristas. Mas, segundo o Coronel, essas ações foram chamadas:

[...] “operações de informações” e alguém resolver batizá-lo de (destacamento) de operações de informações. E ficou uma sigla muito interessante para ele, porque “dói” [...] <sup>6</sup>

Realmente, a ocupação pelos movimentos populares do espaço físico do DOI-Codi/SP, considerado um dos maiores centros de tortura do país, naquele dia do 50º aniversário do golpe, revestiu-se de uma cerimônia política na qual demonstrou-se que não houve o esquecimento da barbárie praticada pelo estado de terror. O não esquecimento é um compromisso de lutar contra a violência do presente, em que são os pobres, os negros, os indígenas e o povo da periferia o alvo da violência de estado. Realizar o ato no lugar onde funcionou a máquina estatal da carnificina, tão violenta e destruidora, é se comprometer com a luta pela erradicação dos entulhos autoritários da ditadura que fazem parte do cotidiano. As sequelas da ditadura nos deixaram como herança, cidadanias incompletas, estados refratários à participação cidadã, uma desconfiança política que se acentua a cada momento, a impunidade de criminosos. Ao

---

<sup>6</sup> D'ARAUJO, Maria Celina e outros. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.p. 51 e 52.

mesmo tempo, é necessário fazer a denúncia permanente dos crimes da ditadura e resgatar a verdade histórica das lutas de resistência, registrar e levar tudo isso ao conhecimento das novas gerações. Portanto, no mínimo, há necessidade da construção naquele espaço de um centro de memória e de referência aos direitos humanos como forma de reparação dos danos físicos e morais de toda a sociedade. O manifesto descreveu com algum detalhe o que se passou naquele prédio.

Entre os anos de 1969 e 1978, sofreram torturas neste prédio mais de oito mil pessoas e mais de cinquenta delas foram assassinadas. Os assassinatos de militantes da resistência à ditadura eram acobertados por versões falsas de suicídios, atropelamentos ou mortes em tiroteios. Muitos deles tinham seus cadáveres entregues às famílias em caixões lacrados, para esconder as visíveis marcas das terríveis torturas sofridas. Outros são dados como desaparecidos, pois seus restos mortais até hoje não foram localizados. A prática de tortura e de outros crimes contra a humanidade foi generalizada e sistemática. Este prédio é a clara demonstração disso, pois era possível ouvir, do lado de fora, o grito das pessoas torturadas por horas e dias seguidos. O terrorismo de Estado, executado pela ditadura, teve o comando do alto escalão das Forças Armadas e foi financiado diretamente por muitos empresários e suas entidades, que se beneficiaram com a ditadura militar e ainda hoje estão na elite econômica do país e na estrutura do Estado.

O manifesto denunciou a participação de representantes da FIESP e do Consulado dos Estados Unidos dentro do aparato repressivo. Não só contribuíram com apoio financeiro, com falsas propagandas que colocavam a opinião pública apavorada e intimidada, colaboraram ativamente com a organização e a mobilização de setores policiais, paramilitares e empresariais de sustentação à censura, que impediam a manifestação popular, que demitiam sumariamente trabalhadores. Mas também estiveram pessoalmente presentes no antro do aparato repressivo.

As frequentes visitas de representantes da FIESP e do Consulado dos Estados Unidos ao prédio do Dops não deixam dúvidas sobre os interesses e envolvimento do empresariado nacional e estrangeiro na continuidade da ditadura brasileira. Já é notório que a manutenção da estrutura da OBAN era feita pelo empresariado, que montou um sistema de financiamento para os torturadores como prêmio por sua ação criminosa. Além disso, forneceram carros, combustível, alimentação, dentre outros benefícios, aos torturadores como mostram documentos e testemunhas ouvidas pelas Comissões da Verdade.

Aliás, foi fundamental a participação do empresariado paulista no processo de reestruturação do aparato repressivo e, em particular da Polícia e

do Exército na Operação Bandeirante. Elio Gaspari, no seu livro *A Ditadura Escancarada*, descreve a convivência promíscua entre militares da repressão, integrantes do governo militar e empresariado, tanto industriais como banqueiros:

A reestruturação da PE paulista e a Operação Bandeirante foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca chegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim num almoço no palacete do clube São Paulo, velha casa de dona Veridiana Prado. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares.

Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos demais. “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”, argumentaria Vidigal, anos mais tarde. Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”. Os donativos eram levados ao general Ayrosa. As empresas nacionais pagaram de acordo com a vontade de seus diretores. Já as multinacionais americanas procuraram conselhos no consulado dos Estados Unidos. Se a consulta era telefônica, o funcionário encarregado do assunto respondia que ficava a critério de cada um, mas pelo menos um homem de negócios recebeu uma visita complementar de um funcionário do consulado que, satisfeito, enumerou as empresas que já haviam decidido ajudar o combate à subversão.<sup>7</sup>

Outro ponto nevrálgico que afeta diretamente o estado democrático de direito e traz insegurança para toda a sociedade é a questão de anistiar os torturadores da ditadura mantendo-os impunes. A interpretação do Supremo Tribunal Federal, violando o direito internacional dos direitos humanos, de que no Brasil os torturadores profissionais, agentes públicos que integravam o comando repressivo e violento da ditadura militar foram anistiados e, portanto, não podem ser devidamente processados e punidos, tem permitido a impunidade de forma permanente e quase generalizada. E, o que é pior, essa

---

<sup>7</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62.

interpretação permite manter intactas as instituições policiais e militares em sua estrutura, em seu funcionamento e em sua atitude arbitrária e violenta perante a sociedade civil e os demais poderes da República.

Segundo a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Araguaia, “são inadmissíveis as disposições de anistias, as disposições de prescrição e o estabelecimento de excludentes de responsabilidade, que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como tortura, as execuções sumárias, extrajudiciárias ou arbitrárias e os desaparecimentos forçados”<sup>8</sup>. A Corte não aceita a tese da autoanistia.

O manifesto reiterou a claríssima determinação da sentença do caso Araguaia de que o Estado brasileiro deve investigar os crimes de sequestro, tortura e desaparecimento forçado, crimes de lesa-humanidade cometidos pela ditadura militar:

Para combater o esquecimento e desmontar a estrutura autoritária que o país herdou da ditadura, é preciso que sejam identificados e punidos exemplarmente todos os torturadores, seus mandantes e financiadores. Só assim romperemos a dura herança deixada pela ditadura e que ainda acoberta os violadores de Direitos Humanos dos dias atuais.

As entidades organizadoras do ato compreendem que a não investigação e a não punição dos crimes da ditadura fazem com que se mantenha a mesma estrutura truculenta do aparato repressivo da atualidade. Este adota, quase sem restrições, o mesmo *modus operandi* dos tempos ditatoriais. A lógica da doutrina da segurança nacional que criou a figura do “inimigo interno” no tempo da ditadura, a partir do princípio de que “todo cidadão é suspeito até que se prove o contrário”, continua vigente nos dias de hoje, reforçada por políticas e iniciativas legislativas. O manifesto registra o protesto e repúdio a esta continuidade de ações de tortura, de extermínio e desaparecimento forçado:

A cultura da morte praticada pelas Polícias Militares é continuidade do que fizeram os assassinos do DOI-Codi, com a mesma falsa versão de resistência seguida de morte para ocultar o extermínio de jovens negros e pobres das periferias de nossas cidades. A banalização da

---

<sup>8</sup> Sentença do caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) promulgada pela CIDH/OEA (Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos), em 24/11/2010. Item 171, publicada pela CEV “Rubens Paiva” em 2013.



violência por parte da PM é a pior herança da ditadura militar. Além disso, há as propostas de reformas legislativas conservadoras como a Lei Antiterror e a Portaria denominada “Garantia da Lei e da Ordem” que ressuscitam a legislação ditatorial e restauram a figura do “inimigo interno” contida na Lei de Segurança Nacional.

O manifesto repudia com veemência a ação policial e judicial de perseguição e punição aos movimentos populares que, no uso de seu direito democrático, manifestam em defesa de direitos e demonstram suas necessidades fundamentais e reivindicações.

Não podemos aceitar a criminalização dos movimentos sociais e populares, ou de suas manifestações. O uso de expressões “inimigo interno” e “força oponente”, bem como a utilização de armas letais e ditas não letais, devem ser banidos.

O manifesto apresenta, por último, suas reivindicações e propostas no sentido de repudiar a ditadura e todas as suas formas de controlar e perseguir a população. Lembra que a data dos 50 anos do golpe militar ficará na história de nosso país, como o Dia da Vergonha Nacional.

Que o local que foi um dos primeiros centros estruturados e institucionalizados de tortura e extermínio de opositores políticos do país seja preservado, e transformado num espaço de defesa de direitos humanos, memória e justiça. O público ali presente leu em voz alta:

- Imediato cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Araguaia e reinterpretação da Lei da Anistia;
- Localização e identificação dos corpos dos desaparecidos políticos e esclarecimento das circunstâncias e dos responsáveis por suas mortes;
- Identificação e punição dos torturadores, estupradores, assassinos, mandantes, financiadores e ocultadores de cadáveres;
- Desmilitarização das Polícias e rompimento do ciclo de violência perpetuado pelas corporações;
- Que esta instalação policial que aqui ainda persiste cujo prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico, seja imediatamente transformada em um Memorial em homenagem às vítimas, aos mortos e aos desaparecidos políticos da ditadura militar;
- Imediata abertura de todos os arquivos da ditadura, em especial da polícia técnico-científica do estado de São Paulo.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e as mais de 150 entidades que organizaram o ato não podiam deixar de destacar os nomes, registrados ao longo dessas décadas, dos que foram assassinados e/ou desaparecidos covardemente no DOI-Codi/SP. Foi lida a lista com os seus nomes.

"Vamos lembrar o nome de cada um dos assassinados neste prédio, em memória e homenagem às suas vidas e lutas. Desse modo, reverenciamos e homenageamos suas histórias e papéis de resistentes, a quem tanto deve o Brasil", assim o deputado Adriano Diogo procedeu à leitura dos nomes.

Alceri Maria Gomes da Silva, Alex de Paula Xavier Pereira, Alexander José Ibsen Voerões, Alexandre Vannucchi Leme, Ana Maria Nacinovic Corrêa, Ângelo Arroyo, Antônio Benetazzo, Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio Sérgio de Mattos, Arnaldo Cardoso Rocha, Aylton Adalberto Mortati, Carlos Nicolau Danielli (Carlinhos), Dorival Ferreira, Edson Neves Quaresma, Eduardo Antônio da Fonseca, Emmanuel Bezerra dos Santos, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira (Chico Dialético), Francisco Seiko Okama, Frederico Eduardo Mayr, Gelson Reicher, Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa, Grenaldo de Jesus da Silva, Helber José Gomes Goulart, Hércio Pereira Fortes, Hiroaki Torigoe, Iuri Xavier Pereira, João Batista Franco Drummond, João Carlos Cavalcanti Reis, Joaquim Alencar de Seixas, Joelson Crispim, José Ferreira de Almeida, José Idésio Brianezi, José Júlio de Araújo, José Maria Ferreira Araújo, José Maximino de Andrade Netto, José Milton Barbosa, José Roberto Arantes de Almeida, Lauriberto José Reyes, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Luiz Eurico Tejera Lisboa, Luiz José da Cunha, Manoel Fiel Filho, Manoel Lisboa de Moura, Manuel José Nunes Mendes de Abreu, Marcos Nonato da Fonseca, Norberto Nehring, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, Raimundo Eduardo da Silva, Roberto Macarini, Ronaldo Mouth Queiroz, Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter, Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, Virgílio Gomes da Silva, Vladimir Herzog e Yoshitane Fujimori.

## 2. Repercussão dos 50 anos do golpe

O papel das Comissões da Verdade, em todo o território nacional, foi o de mobilizar e despertar a opinião pública para enfrentar o tema “ditadura militar” e seus legados perversos e destruidores que permanecem incrustados no cotidiano da vida nacional. A mobilização da opinião pública, incentivada pela criação das Comissões da Verdade, levou os mais diversos setores a se manifestar, organizando debates, seminários e atos públicos no sentido de repúdio ao golpe e de alertar a sociedade para as sequelas nefastas da ditadura que ainda permeiam a nossa sociedade e o estado democrático de direito.

Houve tentativas de organizar manifestações em favor do golpe militar, mas sem sucesso. Houve um professor de direito da USP que defendeu o golpe militar em sala de aula, mas foi severamente criticado pelos estudantes.

O ato dos 50 anos do golpe militar reforçou a necessidade de transformar o prédio do DOI-Codi em um espaço de memória dos crimes da ditadura e de

suas vítimas. O prédio já foi tombado em janeiro de 2014 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). A Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” encaminhou e obteve a revogação do decreto de 1979, assinado pelo então governador Paulo Maluf, que cedeu o local para o Exército. Há necessidade urgente de autorização do governo do Estado de São Paulo para que o prédio se transforme num espaço de memória dos crimes da ditadura militar.

Em Curitiba (PR), os estudantes retiraram o busto do ex-reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, que foi Ministro da Educação na época da ditadura e autor do decreto-lei 477, que cassou e expulsou estudantes das universidades.

O mais importante é que, ao lembrar os 50 anos do golpe de 1964, houve uma demonstração da atualidade dessa temática frente ao que ocorre no mundo e no Brasil. O passado está muito presente e não será superado se não houver de fato uma reparação política, com o significado de resgatar a história, as idéias, a alma dos movimentos sociais e seus ideais. Deve-se buscar a reparação do espaço político e social; é necessário consertar o que foi tratado de forma tão errada e desastrosa que quebrou a confiança e a esperança de todo um povo. Para isso não há como passar por cima da construção da verdade e da justiça.

Movimentos populares como “Levante Popular da Juventude”, “Movimento dos Trabalhadores sem Terra” (MST) e do “Movimento dos Pequenos Agricultores” marcaram a data dos 50 anos do golpe militar brasileiro com um escracho em frente à casa do Coronel do Exército (da reserva) Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos principais comandantes de tortura e extermínio de militantes políticos na época da ditadura militar. Ustra foi comandante do DOI-Codi de São Paulo entre 1970 e 1974. O escracho foi feito para lembrar que apesar deste agente público ter sido responsável por centenas de pessoas torturadas e cerca de 70 militantes assassinados e/ou desaparecidos, Ustra continua impune, vive em área nobre de Brasília, capital do país. É o único torturador que foi assim declarado pelo Estado brasileiro devido à ação peticionada pela família Teles (objeto de um dos capítulos deste Relatório da CEV “Rubens Paiva”). Em frente de sua casa, foram colocados cartazes com os dizeres: “Aqui mora um torturador!”

Os camponeses, para lembrar os 50 anos do golpe militar, colocaram no gramado em frente à Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional 1.196

cruzes em referência aos trabalhadores do campo assassinados pela ditadura militar.

O Estado brasileiro não encaminhou até o momento um pedido de desculpa e de reconhecimento pelas graves violações de direitos humanos causadas na época, com conseqüências gravíssimas nos dias de hoje. Ao contrário, nos países vizinhos do Cone Sul, seus governantes foram capazes de pedir desculpas perante seus povos pelos horrores cometidos pelas ditaduras. Na Argentina, mais de 20 oficiais estão nas prisões, condenados pelos crimes de lesa-humanidade.

### **3. O que foi, em síntese, a ditadura militar brasileira?**

A ditadura brasileira se implantou por meio de um golpe militar no dia 31 de março de 1964, que depôs o Presidente da República, João Goulart, legitimamente eleito pelo voto popular. Este processo que culminou com este ato golpista foi preparado ao longo de vários anos de forma artilosa. Com base na doutrina de segurança nacional e de desenvolvimento, formulada pela Escola Superior de Guerra, com o apoio do IPES (Instituto de Pesquisas Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) o golpe militar contou com uma preparação que se deu em pelo menos 25 anos<sup>9</sup>.

A doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento se constitui num arcabouço teórico a serviço de uma ideologia de guerra que tem como alvo eliminar e controlar o “inimigo interno” por um lado, e, por outro, criar um desenvolvimento dependente e de entrega das riquezas do país. Esta política de desenvolvimento se deu a partir da abertura escancarada do mercado brasileiro para as multinacionais, com as riquezas naturais à disposição e a mão-de-obra, barata e submissa à exploração do parque industrial em expansão. Para atrair os investidores estrangeiros, era necessário proibir greves e manter salários baixos. A ação política da ditadura militar transformou o Brasil numa área prioritária de investimentos estrangeiros a pretexto de que o país se tornasse

---

<sup>9</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.p.35.

uma grande potência. A política de segurança nacional foi intensificada com a implementação de um aparato repressivo, controlador, capaz de perseguir, sequestrar, torturar e exterminar militantes políticos, com a justificativa de combater a “subversão” e manter a ordem.

O Estado de Segurança Nacional, ao criar um aparato repressivo armado capaz de impor sua vontade e ordem, com o uso da violência e da arbitrariedade, e coagir de forma constante a população, estabelece a ditadura em todos os campos de funcionamento da sociedade e do próprio estado, seja no legislativo, executivo, judiciário em todo o território nacional, seja na área econômica, social, política.

[...] Desse modo, a responsabilidade pelo controle das atividades subversivas ou revolucionárias dota as forças militares de poderes praticamente ilimitados sobre a população. É evidente que semelhante doutrina põe em sério risco a defesa dos direitos humanos. Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência. (...) <sup>10</sup>

Na Doutrina de Segurança Nacional, o principal objetivo do desenvolvimento econômico está voltado para a defesa militar em detrimento das necessidades materiais básicas da população.

O general Golbery do Couto e Silva<sup>11</sup>, um dos intelectuais que fundamenta a doutrina de Segurança Nacional explica:

Daí um novo dilema – o do Bem-Estar e o da Segurança, apontado por Goering, em dias passados, sob a forma menos justa, mas altamente sugestiva, de seu conhecido slogan “Mais canhões, menos manteiga”. E, na verdade, não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que essa se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo aprenderam no pó da derrota a lição merecida.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Idem, p.40.

<sup>11</sup> Brasil Nunca Mais. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p.70.

<sup>12</sup> SILVA, Golbery do Couto. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967, p.13. *apud* Brasil Nunca Mais. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p. 70.

O sistema de segurança nacional do estado foi reestruturado para as ações beligerantes para uso interno e internacional. Teve o apoio fundamental do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) que investiu principalmente na indústria de equipamentos bélicos. Este Grupo começou a ser conspirativamente construído antes do golpe de 1964. Durante a ditadura, o Brasil chegou a ser um dos países principais na exportação de armamentos.<sup>13</sup> Por exemplo, no Chile e em outros países, as manifestações populares eram reprimidas pelos tanques de guerra, os brucutus, fabricados pela Engesa<sup>14</sup>.

Foi criado o Sistema Nacional de Informações (SNI), em 13 de junho de 1964, para “superintender e coordenar em todo o território nacional as atividades de informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”. Era um órgão estatal que funcionava como uma máquina de informações desde os interrogatórios até o Conselho de Segurança Nacional. O comandante do órgão recebia o título de ministro e tinha reuniões diárias com o ditador, Presidente da República. Dois ministros do SNI, Emilio Garrastazu Médici e João Baptista de Oliveira Figueiredo, ocuparam o cargo de Presidente da República durante a ditadura militar.

O SNI foi a primeira aplicação legal da doutrina de segurança nacional e lançou as bases para o imenso aparato repressivo.

Com o recrudescimento da ditadura, houve necessidade de reorganizar e articular o aparato repressivo. Tratou-se de integrar as Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica), a Polícia Federal, as polícias estaduais sob um mesmo comando.

Assim, como já foi aqui descrito, foi criada a primeira experiência de repressão integrada, com militares e policiais convivendo num mesmo espaço físico, em São Paulo, com o nome de Operação Bandeirante (OBAN), em 1969, na sede da 36ª Delegacia de Polícia. O dinheiro veio das multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors, entre outras<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Brasil Nunca Mais, p. 72.

<sup>14</sup> A ENGESA - Engenheiros Especializados S/A foi uma empresa brasileira focada no setor Bélico, fundada em 1963. A Engesa produzia veículos militares como o EE-9 Cascavel e o EE-11 Urutu. Chegou a vender seus produtos para 18 países, tudo financiado pelo Erário. A empresa faliu no início dos anos 1990, deixando uma dívida de R\$ 1,5 bilhão, em valores atualizados junto ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em empréstimos não pagos.(consulta feita a Wikipedia, em 22/01/2015).

<sup>15</sup> Brasil Nunca Mais, p.73.

O novo órgão foi autorizado a agir fora da lei, com o poder arbitrário de usar a tortura e sequestrar os “suspeitos”, em qualquer lugar, o que lhe garantiu sucesso no combate a subversão. A partir dessa experiência, criaram-se os DOI-Codis (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) sob o comando do Exército, que integrava militares e policiais. O resultado foram as mortes, os corpos ocultados, torturas, estupros e tantas outras violências.

A censura impedia à opinião pública o acesso às informações do que se passava. Nesse contexto repressivo, crescia exageradamente o poder do executivo em detrimento dos poderes legislativo e do judiciário.

O auge do terrorismo do estado se deu com a edição do AI-5 (Ato Institucional nº 5), em 13 de dezembro de 1968. Estabeleceu por tempo indeterminado a suspensão das garantias constitucionais. Criou-se de fato o estado de terror no qual havia autorização para o executivo emitir decretos secretos<sup>16</sup>. Desta forma, obrigava-se a pessoa a obedecer a uma lei cujo conteúdo ela desconhecia. A ditadura atingiu, num primeiro momento, fundamentalmente, os trabalhadores ditos como comunistas, sindicalistas, funcionários do estado próximos ao governo Goulart, políticos, intelectuais e militares com ideais democráticos.

Num segundo momento, prioritariamente foram os estudantes e as organizações de luta armada no campo e nas cidades. Os camponeses e indígenas foram duramente atingidos.

No último momento foram os dirigentes de todos os grupos mesmo aqueles que não aderiram à luta armada, como foi o caso do Partido Comunista Brasileiro, conhecido como o *partidão*.

As lutas populares resistiram e tomaram novas formas de ação e intervenção mesmo sendo perseguidas, ameaçadas e duramente atingidas.

## **Recomendação:**

---

<sup>16</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. p.159: O “decreto lei secreto”, como é chamado, é o decreto lei no. 69534, editado em 11 de novembro de 1971. Ver Diário Oficial da União, 11/11/1971.

Incluir nos currículos escolares e demais instituições educacionais, em todos os níveis, informações, conhecimentos e reflexões sobre a ditadura militar, o processo de implantação por meio do golpe militar, e as consequências que ainda persistem nos dias atuais, com vistas a construir o estado democrático de direito.